

\*\*\* Destaque \*\*\*

## AEPET RESPONDE DECLARAÇÃO DE GRAÇA FOSTER QUE DESQUALIFICA ENGENHARIA NACIONAL

**A** AEPET enviou carta à Presidente da Petrobrás, Graça Foster respondendo declaração que foi dada à imprensa no dia 17 de outubro. Nesta entrevista, a Presidente afirmou que “toda experiência que temos na construção de unidades estacionárias de produção, não temos em refinaria e alegou que a falta de experiência da Petrobrás na construção de refinarias está levando a companhia a buscar parcerias internacionais para a implantação das refinarias Premium I, no Maranhão, e Premium II, no Ceará”.

A declaração revoltou o corpo técnico da Companhia e os membros da diretoria da AEPET que consideraram como gravemente ofensiva à área de engenharia de Petrobrás.

O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira criticou a declaração da presidente Graça Foster. “ Fizemos uma carta dizendo que o corpo técnico da Petrobrás tem sim conhecimento para projetar refinaria. Tanto que ganhou concorrência para fazer o projeto do Comperj. Foi uma declaração esquisita dizendo que a engenharia básica da Petrobrás não tem conhecimento para projetar refinaria. Isso é um retrocesso inaceitável”, concluiu.

Graças Foster disse que a última refinaria erguida pela companhia foi nos anos 80 e o projeto não foi elaborado pela empresa. Ela citou entre os potenciais parceiros, os chineses e coreanos.

Seguem alguns trechos da carta que pode ser lida na íntegra no site da AEPET [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)

“ Desde a criação da Engenharia Básica na área de refino em 1976, no CENPES, a Petrobrás projetou novas unidades, ampliações e adaptações a novas cargas em todas suas refinarias. Nos últimos anos projetou a RNEST e o complexo do COMPERJ, tendo, neste último, vencido licitação com a participação de projetistas internacionais, inclusive chineses, apresentando o melhor projeto de integração energética.”

“A direção da companhia deveria criar espaços de discussão para os colegas da ativa sobre os problemas observados, bem como convidar colegas aposentados, que participaram das obras das refinarias nas décadas de 60 e 70, a trazer suas contribuições”.

“Constranger os engenheiros do corpo técnico da PETROBRÁS, sejam pertencentes às áreas de projeto básico, projeto executivo, processo fabril e inspeção, construção e montagem, não é a melhor solução para a questão de construção de refinarias. Ao contrário, prestigiá-los funciona muito melhor”



“As plataformas da Bacia de Campos, no início importadas, custavam cerca de US\$ 400 milhões. Nos projetos do CENPES elas caíram para a faixa de US\$ 100 milhões”



Sinal vermelho para a Engenharia Nacional: Projeto das refinarias pode ir para mão dos chineses. Fonte: Correio da Semana

\*\*\*\*  
EDITORIAL  
Em defesa dos profissionais  
Pág.2

\*\*\*\*  
ESPAÇO DO ASSOCIADO  
Pós-82 em pauta  
Pág.2

\*\*\*\*  
POLÊMICA  
Marina Silva comenta obra de Belo Monte  
Pág.2

\*\*\*\*  
PALAVRA DA DIRETORIA  
555 Novos Sócios  
Pág.3

\*\*\*\*  
ALERTA  
Refinaria de Manguinhos e casas populares  
Pág.3

\*\*\*\*  
MEIO AMBIENTE I  
A privatização bate as portas da natureza  
Pág.4

\*\*\*\*  
MEIO AMBIENTE II  
Insensatez ou Chantagem?  
Pág.4

## Livro dos Conselheiros da Petros foi o segundo mais vendido no Congresso da ABRAPP

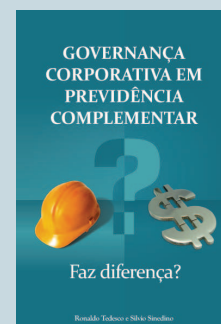


Ronaldo Tedesco e Silvio Sinedino

No dia 25 de outubro foi realizado o lançamento nacional do livro GOVERNANÇA CORPORATIVA EM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR Faz Diferença? de autoria de Ronaldo Tedesco e Silvio Sinedino. O lançamento foi feito durante o Congresso Nacional dos Fundos de Pensão, realizado em São Paulo, capital, e promovido pela ABRAPP, ICSS e SINDAP. Foi o segundo livro mais vendido no congresso.

O livro é fruto da junção de duas monografias de MBA dos autores para contribuir na compreensão dos problemas relativos aos fundos de pensão, notadamente a PETROS, da qual os autores são membros eleitos dos Conselhos (Ronaldo Tedesco no Deliberativo e Silvio Sinedino no FISCAL, no qual exerce a Presidência). Os autores também fazem parte da atual diretoria da AEPET.

No dia 8 de novembro, o livro será lançado em São José dos Campos, no Auditório do Sindicato dos Petroleiros daquela cidade. E ainda em novembro, na cidade do Rio de Janeiro.



“ O direito de ter ideias se fortalece com a defesa do direito de contestá-las ” Barbosa Lima Sobrinho

## Em defesa dos profissionais

AAEPET sempre esteve atuante na defesa do monopólio, da Petrobrás, e do seu corpo técnico, pois entende que a defesa da soberania nacional passa por uma engenharia brasileira competente. Mas essa Engenharia precisa ser reconhecida e valorizada. Esta é uma das lutas da AEPET nestes 51 anos de existência. Assim, ficamos estarecidos com a entrevista da presidenta e a falta de reconhecimento da capacitação dos profissionais da área de refino. No momento em que o lobby internacional tenta de todas as formas denegrir a imagem da Companhia para que ela não seja a operadora única do pré-sal, somos surpreendidos com declaração interna que coloca em dúvida a capacitação da nossa engenharia básica.

A engenharia básica atingiu um nível de excelência na elaboração de projetos, tanto na área de produção como na de abastecimento, tendo feito os projetos da Renest e do Comperj, neste, concorrendo com empresas estrangeiras inclusive chinesas. Portanto tem capacidade, sim, de projetar as novas refinarias.

Estranhamos muita a declaração da presidente da Companhia ao menosprezar a qualificação dos nossos técnicos. Temos profissionais altamente qualificados que em nada são inferiores aos estrangeiros. Como dizia Helio Beltrão, “os maiores inimigos da Petrobrás são a desinformação e o preconceito”.

A Petrobrás pode ainda convocar os profissionais aposentados para darem sua experiente contribuição nos projetos das novas refinarias. Só não pode é voltar à década de 70 quando comprava tudo pronto, não desenvolvia tecnologia e tinha que conviver com sérios problemas de manutenção, por falta de adequação dos projetos.

## Jurídico Aepet faz balanço sobre o Processo PÓS-82

O diretor jurídico da Aepet, Paulo Brandão analisa o processo Pós-82 até agora e fala sobre a expectativa da Aepet em relação ao futuro desta Ação.

**AEPET- Que balanço você pode fazer deste processo que mobilizou a AEPET no último mês envolvendo cerca de 1150 autorizações?**

**Brandão:** O balanço é positivo porque foi possível atendermos rapidamente a possibilidade de exigência legal e, com isso, evitar problemas processuais.

**AEPET- Foi um grande desafio para a AEPET tomar a frente desta Ação. Esta iniciativa demonstrou a combatividade da Associação na defesa dos profissionais. Como você viu esta iniciativa não só como diretor, mas como conselheiro da Petros também?**

**Brandão:** Como Conselheiros da Petros - Eleitos, eu e o Ronaldo Tedesco já havíamos proposto para deliberação do Conselho Deliberativo da Petros acabar com essa ilegalidade, mas a presidência do Colegiado que representa a Petrobrás não pautou e a solução foi encarmos o desafio e procurar a solução por via judicial, e a AEPET tem essa função estatutária, pois a questão é diretamente ligada ao interesse com o futuro dos associados ainda não aposentados e também dos aposentados com efeito retroativo.

**AEPET- As adesões foram encerradas. Qual será o próximo passo agora?**

**Brandão:** Outras entidades deverão igualmente ingressar

com ação idêntica e divulgaremos, porque deverão abranger aqueles que perderam o prazo ou tempo para se associar à AEPET.

**AEPET- Outras entidades como a APAPE e o Sindipetro se unirão à Ação? Isso indica que haverá uma nova Ação? Explique melhor.**

**Brandão:** É verdade, essas entidades estão se preparando para promover novas ações idênticas, porque componentes de associação do Grupo Pós-82 que perderam o prazo da ação da AEPET poderão se associar a essas entidades.

**AEPET- Qual a expectativa em torno da resolução desta Ação dos Pós-82?**

**Brandão:** A decisão judicial dependerá dos juízes e/ou desembargadores, mas como se trata de flagrante ilegalidade e comprovada a agressão ao direito dos participantes, temos muita esperança que a Justiça se faça.

**AEPET : Que mensagem você deixa para todos os que autorizaram a inclusão de seu nome na Ação?**

**Brandão:** Parabéns por tomarem a decisão correta, pois o direito se faz pelo interesse e ação do titular desse direito. Concordar em se beneficiar dos efeitos da ação coletiva de autoria da entidade associativa foi, portanto, a decisão correta com vistas ao seu futuro e dos seus dependentes.

**É preciso ainda que os companheiros que desejarem confirmar sua participação na ação da AEPET que enviem mensagem para a AEPET através do [pos82@aepet.org.br](mailto:pos82@aepet.org.br).**

## Ex-Ministra do Meio Ambiente comenta obra de Belo Monte



Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente comentou em entrevista ao Programa Faixa Livre sobre a polêmica situação da usina de Monte Belo.

O Sítio do Complexo Hidrelétrico Belo Monte localizado no Rio Xingu, no Estado do Pará será o terceiro maior aproveitamento hidrelétrico do mundo, com 11.182 MW de potência instalada. Há 5 anos, a hidrelétrica é objeto de disputa na Justiça entre o



Ministério Público (MP) do Pará e a Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás. O MP defende que os estudos dos impactos ambientais não podem prosseguir enquanto as comunidades locais indígenas – que seriam afetadas pela obra – não forem consultadas. Marina Silva comentou que Belo Monte vem com problemas há muito tempo. “Há mais de 20 anos, há sérios questionamentos das populações locais, índios, ribeirinhos, da comunidade científica e do Ministério Público. São questionamentos bem contundentes. Durante a minha gestão como Ministra do Meio Ambiente não foi dada licença à Belo Monte. Apresentamos um apanhado de problemas ao governo mostrando que estudos precisavam ser refeitos. Depois que saí do Ministério, antes que se resolvessem os problemas, foi retomada a decisão de fazer o investimento e foram dadas licenças ao arrepio da posição técnica da diretoria de licenciamento do Ibama o que levou ao pedido de saída de um de seus diretores. Belo Monte é uma obra polêmica, tanto do ponto de vista dos impactos ambientais como do ponto de vista das alternativas”, disse a ex-ministra.

(A entrevista pode ser ouvida na íntegra no BLOG do Programa Faixa Livre)

**Opinião:** Na opinião do Vice-Presidente da AEPET, Fernando Siqueira, Belo Monte, por ser uma usina a fio d'água tem pouco impacto ambiental. Por outro lado, se ela não fosse feita seria substituída por usinas termoelétricas, muito mais poluidoras.

### Expediente

Presidente: **Silvio Sinedino**  
Vice-Presidente: **Fernando Siqueira**  
Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**  
Vice-Diretor Administrativo: **Pedro Francisco de Castilho**  
Diretor de Comunicações: **Ronaldo Tedesco**  
Vice-Diretor de Comunicações: **Paulo Sérgio Decnop Coelho**  
Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**  
Vice-Diretor de Ass. Jurídicos: **Carlos Roberto dos S. Caldeira**  
Diretor de Pessoal: **Francisco Soriano de Souza Nunes**  
Vice-Diretor de Pessoal: **Raul Tadeu Bergman**  
Diretor Cultural: **Rogério Loureiro Antunes**  
Vice-Diretor Cultural: **Francisco Isnard Barrocas**

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

#### Conselho Fiscal

**Efetivos:** Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgêde Azevedo  
**Suplentes:** Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi  
**Núcleos**  
**Aepet-Bahia:** Jorge Gomes de Jesus / **Aepet-BR:** Paulo Teixeira Brandão / **Aepet-Macacá:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Ricardo Pinheiro Ribeiro / **Aepet-SE/AL:** Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira  
**Delegados**  
**Juiz de Fora:** Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães / **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelman José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

#### Redação

**Editora e Jornalista Responsável:** Renata Idalgo - MTB 23489-JP  
**Reportagem:** Julio César Lobo  
**Fotografia:** Alessandra Bandeira  
**Projeto Gráfico:** Alessandra Bandeira  
**Arte / Ilustração:** Alessandra Bandeira  
**Diagramação:** Alessandra Bandeira  
**Impressão:** Mestre ArteGráfica  
**Tiragem:** 6.000 mil exemplares  
**E-mail:** [aepet@aepet.org.br](mailto:aepet@aepet.org.br)



“A passagem para o Ano Novo é uma ótima oportunidade que se apresenta para absorver d

## 555 Novos Associados

A AEPET recebeu 555 novos associados nos últimos dois meses. Um aumento significativo de mais de 15% no nosso quadro social.

Tem sido uma obstinação desde o início deste mandato – e por que não dizer, dos mandatos anteriores – a necessidade de renovação dos quadros da Entidade. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores envelhecem e o corpo técnico da companhia se renova, os motivos de nossa luta e da existência da AEPET estão mais atuais do que nunca.

Ainda não atingimos nosso objetivo de filiar massivamente os novos profissionais da companhia. Há uma grande resistência destes companheiros em se associar às entidades de classe, dado ao descrédito que estas vêm tendo. Infelizmente, a AEPET não foge a esta regra geral apesar dos esforços que temos feito.

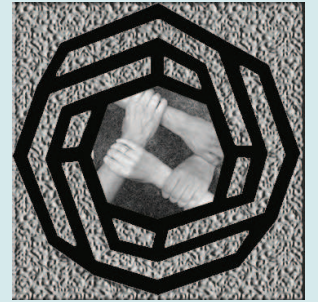
Mas a necessidade de organização está cada dia mais atual. Vide, recentemente, a declaração da Presidente da Petrobrás, Graça Foster, quando questionou a capacidade do nosso corpo técnico frente aos desafios na área do refino. A Presidente deveria reconhecer nos seus companheiros de labuta o talento insofismável que tem colocado a companhia na condição que ora ocupa. Esta miopia infeliz e repentina da Presidente coloca em xeque todo o

corpo técnico e a própria Petrobrás (vide matéria de capa deste AEPET Notícias).

Esta miopia súbita leva ao caminho da crítica gratuita e sem fundamento. Um caminho que passa pela retirada de direitos (como a repactuação do Plano PETROS e a separação de massas), aviltando os salários básicos em função da sempre duvidosa remuneração variável, precarizando a AMS, fugindo dos compromissos históricos que assumiu junto aos seus jovens trabalhadores, que envelheceram “vestindo a camisa da empresa”. Não é esta a Petrobrás que queremos.

A AEPET tem sido um bastião em defesa do corpo técnico da companhia. Como agora na ação para o fim do teto de contribuição dos Pós-82, cuja ilegalidade a companhia já sabia desde sempre e nada fez para superar.

A AEPET se sente honrada com os novos associados. E determinada a avançar sempre na defesa dos interesses do Brasil, da Petrobrás e de seu corpo técnico. Principalmente, queremos os jovens trabalhadores se unindo a nós nesta luta.



## Refinaria de Manguinhos: Maranhão pede cautela na construção de casas populares

O conselheiro da AEPET e ex-deputado federal Ricardo Maranhão falou sobre a situação crítica em que vive atualmente a refinaria de Manguinhos. “A refinaria foi inaugurada em 1954, há 58 anos, quando a região era menos habitada. Hoje está cercada por favelas e inserida dentro do perímetro urbano da cidade. Ela tinha uma capacidade de refino nominal de 10 mil barris por dia e por força do monopólio da Petrobrás esta capacidade nunca foi ampliada. A Petrobrás hoje tem 11 refinarias e está construindo mais 5 com capacidade de refino de 2 milhões de barris por dia, então Manguinhos, ainda que estivesse funcionando à plena na carga, representaria menos de 1% da capacidade de refino, algo totalmente desprezível”, disse o ex-deputado.

De acordo com Maranhão, Manguinhos tem sido alvo de denúncias

pela Secretaria de Fazenda, por revendedores de combustíveis, denúncias de que é um centro de sonegação de impostos. “Há a questão da poluição, são 58 anos de derrame de derivados de petróleo, o solo deve estar encharcado com produtos tóxicos, inflamáveis e cancerígenos e requer um trabalho caro de recuperação deste terreno que tem que ser feito com muito cuidado, sobretudo, pois se pretende implantar ali um bairro com casas populares, o que é proposta do governo do estado”

Para Maranhão, do ponto de vista do refino, não tem significado nenhum. “Há denúncias de que a refinaria não está funcionando como refinaria, mas sim como depósito de álcool. É uma refinaria velha, antiga e obsoleta. A preocupação que eu tenho é em relação aos empregos. O grupo controlador fala em mil em-



Fonte Portal Marítimo: Refinaria de Manguinhos poderá ter cidade modelo do governo do Estado



pregos, o que eu duvido muito. Pra mim esta informação é falsa”, disse acrescentando que “do ponto de vista de saúde pública é um risco muito grande a transferência de pessoas para este bairro chamado “modelo” pelo governador. Do ponto de vista ético, ninguém sabe o que está por trás disso, do ponto de vista dos

trabalhadores, é preciso que se encontre uma solução, se são trabalhadores da área de refino, eles podem ser aproveitados em outras refinarias da Petrobrás. É preciso dar uma solução, pois o emprego de um chefe de família deve ser uma preocupação de toda classe política e de todos os brasileiros”, concluiu.



# MEIO AMBIENTE AMEAÇADO

## A privatização bate às portas da natureza

Dando continuidade ao modelo liberal de privatizações, agora com o singelo nome de concessões e que, como toda a torcida do Flamengo sabe, faz mal ao Brasil, o governo do Rio de Janeiro assesta a sua mira na natureza. Com a edulcorada justificativa de criação de empregos verdes, a área ambiental fluminense se prepara para entrar na dança das concessões de áreas naturais públicas, especificamente os espetaculares parques estaduais, adormecidos há décadas no papel. Com a mesma justificativa de que o estado não tem condições de empreender e administrar seus parques, a Secretaria Estadual do Ambiente se rende à tentação das PPP, Parcerias Público-Privadas e empresta seu nome para a realização de negócios que irão render fortunas. Para poucos.

Nesse sentido, acaba de assinar contrato com uma consultora para desenvolver o projeto “Fortalecimento e implantação do uso público para incremento da visitação nos parques estaduais do Rio de Janeiro” que envolve 12 unidades de conservação estaduais de proteção integral, em especial os chamados parques da Copa 2014. Está lá, no edital, como uma das obrigações contratuais da consultora, que vai receber R\$ 4,37 milhões para, dentre outras obrigações: “Criar alternativas para concessões, permissões e autorizações de serviços de apoio à visitação nos parques estaduais do Rio de Janeiro, incluindo uma abordagem sobre oportunidades para Parcerias Público-Privadas”. Essa é a lição aperfeiçoada de modelagem (bem) aprendida do governo FHC.

Outro movimento no sentido de assegurar destino privado às áreas naturais públicas, o INEA vem tentando passar por cima da sociedade civil organizada e criar o que



Enxada de Palmas, visada para receber concessões



Vila Abraão, porta de entrada da Ilha Grande

passou a chamar Zonas de Interesse Especial Turístico (ZIET) na região de Angra dos Reis, na Área de Proteção Ambiental de Tamoios, a APA Tamoios. Isso nada mais é do que entregar à iniciativa privada praias e ilhas em estado ótimo de conservação para nelas construir hotéis e pousadas. A nata da reserva do mercado territorial.

Atentas aos fatos, 14 entidades representantes da sociedade civil organizada que atuam na região da Baía da Ilha Grande, colocaram no papel essa história. Já está circulando o Jornal O Eco Especial nº 160, da Ilha Grande com uma retrospectiva completa sobre o zoneamento ambiental de uma das mais espetaculares e ameaçadas regiões do Rio de Janeiro.

Acompanhe em detalhes a longa luta da cidadania organizada para manter a Ilha Grande, da Gipóia e demais ilhas e praias do litoral angrense longe das concessões e privatizações, estimuladas pelo governador Sérgio Cabral com o auxílio do Instituto Estadual do Ambiente.

Com o título “Ilha Grande: um paraíso ameaçado. Desleixo do poder público ou interesses escusos?”, o jornal O Eco reproduz, ao longo de 64 páginas grande parte da documentação produzida em quase cinco anos de intenso e extenuante trabalho por um grupo de conselheiros da APA Tamoios para fazer valer a vontade da sociedade em assunto de interesse coletivo.

Baixe o jornal O Eco da biblioteca eletrônica do Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG) (<http://ilhagrande-codig.blogspot.com/>), uma das entidades signatárias da publicação ou da página do jornal O Eco em [http://](http://www.oecoilhagrande.com.br)

[www.oecoilhagrande.com.br](http://www.oecoilhagrande.com.br) e saiba mais sobre uma luta desigual contra quem tem um arsenal de armas a seu favor. E a de seus amigos e parceiros. Opine sobre o assunto em [OAPA Tamoios: contra a privatização de praias e ilhas da Baía da Ilha Grande](http://www.oecoilhagrande.com.br) (AEPET Angra do Reis)

## Insensatez ou chantagem?

O que há por trás do licenciamento ambiental das obras da Estação de Tratamento de Água de Formação da Transpetro em Angra dos Reis?

Contra todo o bom senso e lógica, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do governo do Estado do Rio de Janeiro condiciona a liberação de obra da Transpetro em Angra dos Reis a um ato administrativo de sua própria atribuição. E com isso compromete o cronograma de um importante investimento que irá assegurar segurança ambiental às operações do terminal de óleo cru de Angra dos Reis, o conhecido TEBIG. A pérola está lá, no item 28 das Condições de Validade Específicas da Licença de Instalação LI nº IN020801 assinada em 19 de setembro de 2012 pela presidenta do INEA Marilene Ramos:

“28 - Iniciar as obras do trecho inserido na área, atualmente classificada como ZCVS[1], somente após a publicação do decreto de recategorização(sic) do Plano de Manejo da APA Tamoios.”

Tudo estaria de acordo se não fosse por um pequeno mas inusitado detalhe. Vejam como o INEA libera com uma das mãos a tão esperada LI, sobre a qual estava sentado, e com a outra condiciona o início das obras à publicação de um decreto cuja obrigação de fazê-lo é do próprio governo do estado. Nove fora, a obra não está liberada.



A polêmica em torno do Tebig continua

Mais inusitado ainda, e cujo detalhe não é tão pequeno é que, mesmo sabendo da importância da obra para o Brasil – e para o ambiente – e já tendo liberado as licenças para as fases anteriores do projeto e recebido manifestação favorável do Conselho Gestor da APA Tamoios, o governo do estado poderia simplesmente fazer uso de suas prerrogativas e decretar a alteração do zoneamento apenas dessa área. Mas não o fez, a não ser quando publicou o Decreto nº 41.921 em junho de 2009 para liberar áreas para empreendimentos imobiliários. Trocando em miúdos, libera para o mercado, mas não o faz para o interesse geral.

O que também não faz nenhum sentido é que, segundo informações recebidas, o INEA tem retardado a liberação de licenças ambientais para as demais obras de modernização e atualização tecnológica da petroleira em Angra. E que tem pressionado a Transpetro, que é membro do Conselho Consultivo da APA Tamoios para se manifestar favoravelmente ao seu zoneamento ambiental de acordo com o proposto pelo governo do estado em janeiro deste ano[2].

Em nome da sensatez, o INEA deveria retirar o item 28 de sua Lista. Nem que seja para não parecer outra coisa. (AEPET-ANGRA)

(Footnotes) - [1] Segundo o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, APA Tamoios, ZCVS quer dizer Zona de Conservação da Vida Silvestre, onde não são permitidas novas construções.

[2] O zoneamento proposto pelo governo do estado é para liberar áreas conservadas para construção de hotéis e assim manter o espírito do Decreto nº 41.921.